

Convocação extraordinária para votar revisão orçamentária de 90

por Marta Salomon
de Brasília

O presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), convocou sessão extraordinária para hoje com o objetivo exclusivo de votar a revisão do orçamento de 1990. A decisão foi tomada na última quinta-feira e contraria o artigo 66 da Constituição. O artigo determina prioridade à apreciação de vetos presidenciais a 11 projetos de lei que já completaram 30 dias na pauta.

Nelson Carneiro apostou num acordo entre líderes da oposição antes da sessão noturna do Congresso Nacional. Sem a aprovação da revisão orçamentária, o governo fica impedido de liberar créditos de Cr\$ 2,5 trilhões para o funciona-

mento da máquina administrativa e pagamento de contratos.

A liderança do governo também confia que os líderes dos partidos de oposição acabem cedendo e desistam de votar na frente a medida provisória dos salários. Sem convocar seus aliados a Brasília, o governo decidiu atribuir à oposição o custo político do atraso na votação do orçamento.

Segundo um assessor da liderança, o atraso ameaça parar o programa de distribuição de leite, por exemplo, entre outros de impacto eleitoral.

Somente as transferências constitucionais a estados e municípios e o pagamento dos funcionários públicos estão assegurados. Os créditos para o custeio

da administração federal, pagamento de obras e até o investimento das empresas estatais estão suspensos. A revisão do orçamento chegou ao Congresso no final de julho e sofreu pequenas mudanças na Comissão Mista de Orçamento: os parlamentares lançaram mão de Cr\$ 3 bilhões da dotação de gastos urgentes do governo para projetos em suas bases eleitorais. O projeto de lei garante ao governo grande liberdade para a execução do orçamento.

A votação do orçamento hoje depende exclusivamente do entendimento entre os partidos de oposição ao governo. Eles haviam acertado deixar a revisão orçamentária como o último item do esforço concentrado. Caso fracasse a ten-

tativa de votar o projeto nesta semana, a liberação de recursos do Tesouro ficará suspensa na semana seguinte às eleições de outubro.

É grande o risco de falta de quórum no último esforço concentrado de votações antes das eleições. Ontem, apenas 14 dos 495 deputados compareceram à Câmara. No Senado, 20 dos 75 senadores registraram suas presenças.

O polêmico projeto de lei que define o crime de usura e pune a cobrança de juros acima de 12% ao ano volta à pauta da Câmara. A inclusão do novo Estatuto dos Servidores Públicos na pauta de hoje do Senado ainda dependia do recolhimento de 50 assinaturas de senadores num pedido de urgência.